

Tópicos setoriais

O incentivo a cadeias produtivas regionais como estratégia para o aprofundamento do Mercosul*

Beky Moron B. de Macadar**

Economista da FEE

Introdução

A intensificação do processo concorrencial da fase atual do capitalismo mundial apresenta, entre seus principais traços, a afirmação de uma nova divisão internacional do trabalho e a fragmentação espacial da produção. O extraordinário crescimento apresentado pelo comércio internacional nas últimas décadas reflete a intensificação da fragmentação do processo produtivo e da cadeia de valor das mercadorias em diferentes países e regiões. Nesse quadro, as empresas transnacionais (ETNs) destacam-se como os agentes mais ativos na superação do modelo fordista de produção e no desenvolvimento e introdução de inovações que revolucionaram a organização industrial anterior e que culminaram no modelo pós-fordista como forma mais avançada de produção.

Assim, a confluência da fragmentação, do aprofundamento da divisão internacional do trabalho e de novas formas de organização da produção favoreceu a maior integração produtiva entre países. Contudo, essa integração produtiva prosperou de forma assimétrica internacionalmente, tendo florescido mais intensivamente na Ásia, principalmente entre o Japão, a China e o Sudeste Asiático, e em algumas regiões da União Europeia. No caso da América do Sul e, mais especificamente, do Mercosul, o fenômeno da integração produtiva ainda é muito incipiente.

O Mercosul, criado em 1991 pelo Tratado de Assunção, iniciou suas atividades em meio a uma onda neoliberal favorável ao livre comércio, à desregulamentação, à liberalização dos fluxos de capitais e às pri-

vatizações. Os programas de rebaixas tarifárias generalizadas, lineares e automáticas e de eliminação de barreiras não tarifárias, bem como a adoção de uma tarifa externa comum, elevaram rapidamente os fluxos de comércio entre os países-membros. Entretanto, a defasagem entre os ciclos econômicos dos países, as dificuldades macroeconômicas e as crises externas condenaram o Mercosul a uma “união aduaneira imperfeita”, ou seja, incompleta. A inexistência de autoridades supranacionais leva a que os avanços na integração fiquem excessivamente dependentes da vontade política dos presidentes nacionais de turno. Os obstáculos que ainda persistem para a plena implementação da união aduaneira, tanto no que diz respeito às barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio, como as inúmeras exceções à tarifa externa comum e, ainda, a demora em incorporar, nos ordenamentos jurídicos dos estados-partes, as decisões e resoluções tomadas por seus representantes, além de problemas políticos internos, alimentam a incerteza dos agentes econômicos quanto ao futuro da integração e dificultam a formação de parcerias empresariais mais ambiciosas.

Apesar dos frequentes conflitos comerciais que permeiam as relações entre os países-membros do Mercosul, onde se incluem as dificuldades para apresentar posições conjuntas nos foros internacionais, algumas mudanças no contexto externo podem favorecer o desenvolvimento da integração produtiva regional. Por exemplo, os investimentos diretos no exterior (IDEs) originários dos países em desenvolvimento aumentaram substancialmente, e os investimentos brasileiros nos países do Mercosul, principalmente na Argentina¹, têm

* A autora agradece os comentários e as sugestões de Álvaro Antonio Louzada Garcia, Clarisse Chiappini Castilhos, Sônia Unikowsky Teruchkin e Teresinha da Silva Bello à versão preliminar deste texto, porém isenta-os de qualquer incorreção remanescente no conteúdo do artigo.

** E-mail: macadar@fee.tche.br

¹ Segundo Bianco, Moldovan e Porta (2008), com base em dados compilados pelo Centro de Estudios para la Producción — órgão oficial pertencente ao Ministerio de Producción da Argentina —, entre 1995 e 2006, aquele País recebeu US\$ 7,4 bilhões em investimentos diretos brasileiros, muitos deles de grandes empresas brasileiras, como Petrobrás, Camargo Correa, Banco Itau e Friboi.

tido um papel de destaque, contribuindo para estabelecer as possíveis bases de uma maior integração produtiva.

Além disso, no decorrer da última década, as teorias neoliberais que defendem o livre jogo das forças do mercado foram perdendo fôlego na região, e os governantes passaram a colocar em prática políticas de cunho mais desenvolvimentista. Diante da maior intervenção do Estado nas políticas industriais dos países-membro se da persistência das assimetrias entre os países e regiões do bloco², foram tomadas algumas decisões que buscam promover a integração produtiva e a redução das assimetrias, a primeira das quais surgiu em 2002, com a criação dos Foros de Competitividade para as Cadeias Produtivas do Mercosul.

O objetivo deste texto é analisar os desafios que enfrenta o Mercosul para aproveitar os benefícios que a integração produtiva regional poderia proporcionar-lhe.

A integração produtiva: aspectos conceituais

A integração produtiva é fruto do novo paradigma industrial pós-fordista, diferente do paradigma vigente até os anos 70 baseado na produção verticalmente integrada. O novo padrão industrial, ao contrário, consiste na desintegração vertical das diferentes fases da cadeia produtiva, ou seja, utiliza intensivamente o *outsourcing*, a compra de matérias-primas, de bens intermediários, tais como peças e componentes, e de serviços às empresas. Esse novo padrão produtivo passou a ser adotado, predominantemente, naquelas indústrias onde o processo de produção pode ser fracionado em diferentes estágios produtivos independentes. Tal possibilidade originou a intensificação dos investimentos diretos no exterior das ETNs, na busca de maior eficiência produtiva através do aproveitamento de economias de escala e de redução dos custos do trabalho (Medeiros, 2008). Entretanto, essa estratégia de fragmentação internacional da produção requer recursos de administração e coordenação nem sempre disponíveis na maioria das empresas domé-

gicas dos países em desenvolvimento, configurando, assim, uma barreira de escala.

No processo de fragmentação internacional da produção, predominam duas formas de governança: as cadeias produtivas lideradas pelo produtor e as cadeias produtivas lideradas pelo comprador. Nas primeiras, são as empresas industriais que organizam a produção, enquanto, nas segundas, a iniciativa parte de grandes empresas varejistas que criam um sistema descentralizado de produção e distribuição (Gereffi, 1999).

Sem dúvida, a mudança de paradigma teve como consequência um aumento extraordinário da circulação internacional de partes e componentes e de serviços às empresas, o que se manifesta de forma contundente nas estatísticas de mercadorias e de serviços dos países que fazem parte de cadeias produtivas globais. Mas, ao mesmo tempo em que esse movimento favorece a elevação do comércio internacional, há uma redução radical do efeito multiplicador dos novos IDEs nos países e regiões receptoras.

Segundo Machado (2008, p. 56):

A integração produtiva deve ser entendida como o desenvolvimento do processo de fragmentação da produção em bases regionais (grupos de países) ou globais, o que pode implicar a criação de uma divisão internacional do trabalho no circuito de uma determinada cadeia produtiva, cuja contrapartida é a consolidação de fluxos comerciais do tipo intra-industrial em que ocorrem importação de partes e componentes, processamento industrial e exportação de componentes mais complexos ou de produtos finais.

Com base na teoria dos custos de transação (Coase, 1937), as empresas incorrem em custos quando utilizam os mercados, pois existem muitas incertezas, e os agentes econômicos podem adotar estratégias oportunistas³. Quando a empresa julga que incorrerá em custos elevados realizando suas operações no mercado, ela parte para a internalização do processo, ou seja, a integração vertical. Entretanto, a integração produtiva propõe uma forma intermediária de organização da produção — que não é nem o mercado nem a integração vertical —, pois requer a cooperação entre empresas para seu sucesso. Porém, frequentemente, essa cooperação não se dá entre iguais, senão entre empresas com dife-

² Além das importantes diferenças de território, de dimensão econômica, de grau de desenvolvimento, de população, existem diferenças de caráter político e regulatório, tais como políticas macroeconômicas e de incentivos diferenciadas. As assimetrias constituem um obstáculo para o desempenho do Mercosul, pois dificultam o comércio entre os países-membros e restringem o aproveitamento das oportunidades oferecidas pela integração econômica.

³ Por exemplo, um fornecedor sabe que está por despontar um conflito trabalhista ou um problema no abastecimento de matérias-primas, mas não revela a informação, até que seja tarde demais para o comprador adquirir as mercadorias de outro fornecedor.

rente poder de mercado, trazendo benefícios diferenciados para as partes.

Para adquirir competências complementares, a empresa pode adotar diversas estratégias. Uma delas seria a simples compra no mercado; outra seria a fusão com uma empresa já existente ou a sua aquisição; e a terceira, a formação de alianças. Esta última teria a vantagem de proporcionar maior flexibilidade à empresa, dado que, a qualquer momento, e principalmente em função dos avanços tecnológicos, poderá precisar mudar a combinação de competências, o que será facilmente resolvido pela simples troca da aliança, sem ter comprometido grandes quantidades de recursos, como teria ocorrido no caso de fusões/aquisições ou mesmo através do mercado. Com a fragmentação da produção, as empresas se especializam nas suas competências essenciais e passam a formar cadeias produtivas com empresas de outros países que oferecem vantagens em termos de custos menores da mão de obra, de partes e componentes, de montagem e de distribuição, dentre outros.

Autores que analisaram a experiência europeia de integração produtiva (Machado, 2008; Dullien, 2008) salientam a importância dos avanços na conformação do mercado unificado e o grau de profundidade do processo de integração regional como responsáveis pela obtenção dos resultados. Tanto a política industrial comunitária como os instrumentos comunitários de financiamento tiveram um papel secundário no aprofundamento da integração produtiva. Do ponto de vista da dimensão espacial do processo, observa-se uma maior concentração da integração produtiva no centro geográfico ampliado da União Europeia (UE), ou seja, Alemanha, Áustria, Bélgica, Holanda, Suécia e os novos estados-membros, como República Tcheca, Eslováquia, Hungria, Eslovênia, Polônia e Estônia. Países mais afastados do centro geográfico, como Grécia, Reino Unido, Itália, Finlândia, Espanha e Portugal, apresentam menor grau de integração produtiva com os outros estados-membros da UE. Conforme Dullien (2008), essa diferença pode ser atribuída à proximidade geográfica e cultural dos países da Europa central e a sua longa tradição em produção industrial.

De acordo com Lopez e Laplane (2004), as políticas de estímulo à complementação produtiva e à formação de cadeias de valor no Mercosul devem assentar-se em dois pilares: (a) induzir as ETNs a incrementarem seus vínculos com as economias locais e (b) facilitar a complementaridade das empresas de capital nacional da região.

Ou seja, é preciso agir em duas frentes. Por um lado, levando em consideração o papel de destaque que ocupam as filiais de empresas transnacionais nos países da região, é necessário criar instrumentos que as induzam a incrementar seus vínculos com as economias locais, por exemplo, em áreas como o desenvolvimento de fornecedores, a cooperação com institutos de P&D, as atividades de inovação na região. Assim, seria possível aumentar o conteúdo local dos produtos, sem prejudicar sua eficiência e, além disso, produzir novos conhecimentos.

Por outro lado, devem ser facilitados os esquemas de complementação entre as empresas domésticas da região, não só do ponto de vista produtivo e comercial, mas, também, no que diz respeito a atividades de inovação, transferência de tecnologia, capacitação, financiamento, técnicas de gestão, dentre outras.

Antecedentes e objetivos do Programa de Integração Produtiva do Mercosul

Entre 2003 e 2004, os países-membros do Mercosul estabeleceram uma série de medidas destinadas a favorecerem as economias de menor tamanho econômico relativo. A medida mais importante foi a criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) em 2004, o qual entrou em funcionamento efetivo em 2007. O FOCEM tem como principais objetivos promover o aumento da competitividade das economias menores e das regiões de menor desenvolvimento, estimular a coesão social, reforçar a integração física por intermédio de obras de infraestrutura e fortalecer a estrutura institucional. É constituído por contribuições anuais não reembolsáveis dos quatro estados-partes, no total de US\$ 100 milhões, para os quais o Brasil contribui com 70%, a Argentina, com 27% e o Uruguai e o Paraguai, com 2% e 1% respectivamente.

As duas economias menores do Mercosul são as principais beneficiárias dos projetos aprovados pelo FOCEM. Conforme a Decisão nº 18/05 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, o Paraguai é o destinatário de 48% dos recursos, e o Uruguai tem direito a 32% do total, enquanto os 20% restantes são alocados a projetos apresentados por Brasil e Argentina. Porém, os países beneficiados com recursos do FOCEM devem arcar com

uma contrapartida nacional de 15% do valor da execução do projeto.

A vigência do FOCEM é de 10 anos a partir de 2007; portanto, estima-se que o montante global de recursos envolvidos nesse período deverá atingir em torno de US\$ 1 bilhão. Até o presente (Brasil, 2010a), foram aprovados 25 projetos, 18 em 2007, cinco em 2008 e dois em 2009, nas áreas de habitação, educação, transportes, incentivos à microempresa, biossegurança e aspectos institucionais do Mercosul, dentre outros, por um valor total de US\$ 197 milhões. De acordo com a página oficial do FOCEM na *internet*, nenhum desses projetos foi concluído.

Além disso, existem atualmente 11 novos projetos em análise, não aprovados ainda, dois deles por valores totais acima dos US\$ 100 milhões, um do Uruguai por US\$ 106 milhões para uma interconexão elétrica Brasil-Uruguai a partir da fronteira, e um projeto binacional Brasil-Paraguai para a construção de uma linha de transmissão Itaipu-Villa Hayes, a Subestação Villa Hayes e a ampliação da Subestação da Margem Direita (SEMD) de Itaipu, por um valor total de US\$ 555 milhões. Considerando a distribuição das verbas entre os países, estes dois últimos projetos excedem os valores previstos, por um lado, para Uruguai e, por outro, para Brasil e Paraguai juntos, mesmo quando descontada a contrapartida nacional de 15%. No caso do Uruguai, seria compreensível porque esse País optou por concentrar os recursos equivalentes a três anos a que tinha direito na construção da linha de transmissão pleiteada. Mas, conforme Leo (2010), o Governo argentino vetou a liberação de repasses do FOCEM ao Uruguai, presumivelmente em função do “conflito das papeleiras”⁴. Apenas depois da posse do novo presidente uruguaio, a presidenta Argentina, em um gesto de boa vontade, retirou os obstáculos no FOCEM ao Uruguai. Esse exemplo serve para ilustrar o quanto o Mercosul ainda depende de decisões políticas dos principais mandatários. O tratamento das assimetrias no Mercosul não é uma questão trivial. Isso porque, além das grandes diferenças em termos de população e de território, há também uma disparidade entre tamanho e riqueza (Tabela 1).

Ou seja, comparando o PIB *per capita* e os Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs)⁵ dos países do bloco, os melhores indicadores são os da Argentina e do Uruguai, seguidos de Brasil e Paraguai (Tabela 2)⁶.

Mas, além das assimetrias entre países, também no interior dos mesmos existem diferenças gritantes, principalmente em algumas regiões do Brasil e da Argentina, inclusive com indicadores menores que os do Paraguai. Por esse motivo, o FOCEM propõe-se a promover não só o aumento da competitividade das economias menores mas, também, das regiões de menor desenvolvimento internas aos países.

Tabela 1

População, Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *per capita* no Mercosul — 2009

PAÍSES	POPULAÇÃO (1 000 pessoas)	PIB (1) (US\$ 1 000)	PIB PER CAPITA (1) (US\$)
Argentina	40 134	584 392	14 561
Brasil	191 481	2 013 186	10 514
Paraguai	6 277	28 452	4 533
Uruguai ..	3 345	44 029	13 163

FONTE: Fundo Monetário Internacional.

(1) Com base na paridade do poder de compra.

Tabela 2

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Gini e *ranking* do IDH no Mercosul — 2007

PAÍSES	IDH	RANKING DO IDH	ÍNDICE DE GINI
Argentina	0,866	49	0,500
Brasil	0,813	75	0,550
Paraguai.....	0,761	101	0,532
Uruguai	0,865	50	0,462

FONTE: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

⁴ O “conflito das papeleiras” remonta à disputa pela atração de um investimento direto estrangeiro para a instalação de uma fábrica de celulose. Como os investidores optaram pelo Uruguai, em um local às margens do rio Uruguai, ecologistas argentinos bloquearam a ponte internacional que liga os dois países, acusando a indústria de poluidora.

⁵ O IDH mede o grau, em média, de três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o nível de conhecimentos adquiridos, e um nível de vida digno, levando em conta as diferenças de gênero. O Ranking IDH mostra a classificação do país em relação a outros países do mundo, em ordem decrescente.

⁶ O Índice de Gini varia entre 0 e 1. O valor de 0 representa igualdade absoluta e o de 1, desigualdade absoluta.

Programa de Integração Produtiva do Mercosul

Uma outra alternativa encontrada pelos países do Mercosul para a redução das assimetrias foi promover a integração produtiva do tecido industrial dos países-membros. No comunicado conjunto da reunião de presidentes do Mercosul de julho de 2006, ficou decidido que os ministros da área industrial deveriam definir as pautas que conformariam o Plano de Desenvolvimento e de Integração Produtiva do bloco. Desse modo, o Sub-grupo de Trabalho (SGT) nº 7 apresentou, em 2007, uma proposta de pautas, e o Conselho do Mercado Comum (CMC)⁷ determinou a criação de um Grupo *Ad Hoc* dependente do Grupo Mercado Comum para elaborar um Programa de Integração Produtiva do Mercosul. Esse foi aprovado em 2008⁸, tendo como objetivos fortalecer a complementaridade produtiva das empresas do Mercosul, integrar nas cadeias produtivas as pequenas e médias empresas (PMEs) e as empresas dos países de menor tamanho econômico, aprofundar o processo de integração do bloco e promover a competitividade dos setores produtivos dos países-membros. Para perseguir esses objetivos, foi prevista a criação do Grupo de Integração Produtiva do Mercosul (GIP) encarregado de coordenar e executar o Programa.

O Programa estabelece sete linhas de ação horizontais: (a) a cooperação entre organismos e entidades de apoio às empresas; (b) a complementação em matéria de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia; (c) a formação de recursos humanos; (d) a coordenação com outros âmbitos do Mercosul; (e) a geração e o processamento de informações; (f) a articulação de medidas de facilitação do comércio; e (g) o financiamento de projetos de integração produtiva regional.

A cooperação proposta entre os organismos e entidades de apoio às empresas tem como finalidade aproximar entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), no Brasil, com suas contrapartes nos outros países-membros para propor e articular programas de cooperação mútua e intercambiar informações e metodologias de apoio às empresas que façam parte de iniciativas de integração produtiva. De forma semelhante, espera-se que as

entidades de apoio tecnológico às empresas passem a coordenar programas de cooperação mútua. Quanto à formação de recursos humanos, a intenção é capacitar recursos humanos públicos e privados envolvidos em assuntos de integração produtiva.

A coordenação com outros âmbitos do Mercosul tem como objetivo levar em conta as iniciativas e propostas de outras entidades do bloco, como o Foro Consultivo Econômico e Social e o Parlamento do Mercosul, dentre outros.

A geração de informações sobre a integração produtiva regional prevê a elaboração de diagnósticos setoriais e sua distribuição territorial, medições sobre os vínculos entre as empresas e relatórios periódicos sobre avanços e dificuldades encontradas. Já as medidas de facilitação do comércio têm como finalidade agir e propor medidas para o tratamento das dificuldades para integrar cadeias produtivas.

A questão do financiamento diz respeito ao acesso a recursos financeiros para viabilizar investimentos de empresas envolvidas em projetos de integração produtiva regional, seja na forma de *joint ventures*, na instalação de novas unidades ou na expansão de investimentos anteriores. Além do encaminhamento de propostas aos tradicionais bancos de fomento regionais,⁹ propõe-se a utilização de uma parcela de recursos do FOCEM para iniciativas de integração produtiva e, se necessário, solicitar a ampliação dos fundos disponíveis. Além disso, sugere-se que, uma vez implementado o Fundo Mercosul de Apoio às Pequenas e Médias Empresas,¹⁰ sejam propostas alternativas para as PMEs envolvidas em iniciativas de integração produtiva.

No nível setorial, estava previsto dar continuidade ao Programa dos Foros de Competitividade das Cadeias Produtivas do Mercosul (criado em 2002) com o propósito de avançar em iniciativas setoriais de integração produtiva, mas que não foi além do estabelecimento do Foro de Competitividade de Madeira e Móveis.

⁷ Ver Decisão CMC nº 52/07 do Conselho do Mercado Comum.

⁸ Ver Decisão CMC nº 12/08 do Conselho do Mercado Comum.

⁹ Corporación Andina de Fomento (CAF), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA), Banco del Sur.

¹⁰ Ver Decisão CMC nº 22/07 do Conselho do Mercado Comum.

Além disso, o Conselho do Mercado Comum determinou a criação do Fundo Mercosul de Apoio às Pequenas e Médias Empresas¹¹ envolvidas em iniciativas de integração produtiva e criou um Grupo *Ad Hoc* encarregado de elaborar o marco normativo para um sistema de garantia de empréstimos às PMEs. Finalmente, foi criado o Fundo Mercosul de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas¹² destinado a garantir, direta ou indiretamente, operações de crédito contratadas por micro, pequenas e médias empresas que participem de atividades de integração produtiva no Mercosul. A contribuição total inicial dos estados-partes para o Fundo Mercosul de Garantias foi fixado em US\$ 100 milhões, e a participação de cada país continua sendo a mesma do FOCEM (Argentina, 20%; Brasil, 70%; Paraguai, 1% e Uruguai, 2%). Vale ressaltar que as microempresas também foram incluídas como beneficiárias do Fundo de Garantias.

Conforme divulgado na imprensa (Brasil, 2010b), em fevereiro de 2010, foram definidos os setores que dariam início à integração produtiva no Mercosul, subdivididos em dois grupos: estratégicos e sensíveis. No primeiro grupo, estão petróleo e gás; autopeças; aeronáutico; e maquinaria agrícola. No segundo, estão madeira e móveis; vinho; leite e derivados; e produtos de linha branca. A partir do mês de março de 2010, as empresas dos setores de madeira e móveis e de vinhos iniciaram a discussão dos respectivos planos de ação de integração e complementaridade produtiva, enquanto outros dois programas saíram do papel — o de Integração Produtiva da Cadeia Automotiva do Mercosul e o Programa Mercosul de Fornecedores para o Setor de Petróleo e Gás. Todas as reuniões tiveram ampla participação de representantes das respectivas entidades setoriais e de diversas instâncias governamentais dos países do Mercosul.

Já é possível observar uma certa complementaridade efetiva entre o Programa de Integração Produtiva do Mercosul e o FOCEM, dado que este último tem dois projetos em fase de análise que contemplam, respectivamente, a cadeia automotiva e a cadeia produtiva de petróleo e gás, quais sejam, o Projeto de Adensamento e Complementação Automotiva no Âmbito do Mercosul e o Projeto de Qualificação e Integração de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás.

Considerações finais

A integração produtiva do Mercosul não ocorreu até agora e, dificilmente, ocorrerá, nos próximos anos, de forma espontânea. Devido às dificuldades enfrentadas durante a evolução do bloco (diferenças estruturais, distintas trajetórias macroeconômicas, diferentes benefícios do comércio intrabloco), os governos dos quatro estados-partes devem não só manifestar, mas, também, exercer sua vontade política de dar continuidade ao processo e avançar primeiro no aprofundamento do Mercosul, como fez a União Europeia. Além disso, resultados concretos e positivos fazem-se necessários para que os agentes econômicos percebam os ganhos com a integração e queiram continuar participando. Chama a atenção, por exemplo, a lentidão com que são tomadas as decisões e as dificuldades operacionais, como no caso do FOCEM, que demorou praticamente três anos entre a data de criação e a data de funcionamento, e ainda não teve nenhum projeto concluído. Sem vontade política e sem a percepção de ganhos, não haverá os ajustes indispensáveis nas legislações e instituições nacionais que permitam avançar no processo de integração regional.

Além do mais, dada a conjuntura atual de crescente demanda internacional por produtos primários, os ganhos, nos termos de troca, podem induzir os países-membros ao aprofundamento de sua especialização exportadora atual, bem como reduzir a atratividade de uma estratégia que busque estabelecer encadeamentos produtivos regionais mais amplos, como os apontados anteriormente.

A própria penetração de produtos chineses nos países da região dificulta a formação de cadeias produtivas integradas, já que as importações da China têm substituído muitos elos das cadeias nacionais e ocasionado a quebra de muitas empresas.

Finalmente, é importante eliminar os entraves ao financiamento das PMEs, posto que a percepção dos benefícios da integração produtiva depende, em grande parte, dos resultados que as PMEs obtenham na geração de emprego e de renda nas economias menores e nas regiões de menor desenvolvimento. Nesse sentido, o Fundo Mercosul de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas é um instrumento cuja importante contribuição é servir para reduzir as taxas de juros cobradas das PMEs.

¹¹ Ver Decisão CMC nº 13/08 do Conselho do Mercado Comum.

¹² Ver Decisão CMC nº 41/08 do Conselho do Mercado Comum.

Referências

BIANCO, Carlos; MOLDOVAN, Pablo; PORTA, Fernando. La internacionalización de las empresas brasileñas en Argentina. Naciones Unidas: CEPAL; Oficina de Buenos Aires, 2008. 74p. (Documento de Proyecto).

BRASIL e Argentina avançam nas ações de integração produtiva. Portal Administradores.com.br. 29.03.2010. Disponível em:

<<http://www.administradores.com.br/informe-se/>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **FOCEM** — descrição, organização institucional e procedimento para apresentação e aprovação de projetos. [s. d.]. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/>>. Acesso em: 3 jun. 2010.

COASE, Ronald H. The nature of the firm. *Economica*, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.

DULLIEN, Sebastian. Integração produtiva na União Europeia: uma perspectiva alemã. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTEGRAÇÃO PRODUTIVA. **Caminhos para o MERCOSUL. CEPAL/IPEA/ABDI**. Brasília DF, 8 e 9 de dez. 2008. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/?q=system/files/>>. Acesso em: 22 fev. 2010.

GEREFFI, Gary. A commodity chains framework for analyzing global industries. Duke University, 1999. Disponível em: <www.yale.edu/ccr/gereffi.doc>. Acesso em: 30 mar. 2003.

LEO, Sergio. Uruguai e Brasil nos limites do Mercosul. **Valor Econômico**, 26 mar. 2010.

LOPEZ, Andrés; LAPLANE, Mariano. **Complementación Productiva en MERCOSUR**: perspectivas y potencialidades. Fundación Friedrich Ebert: Buenos Aires. Dez. 2004.

MACHADO, João Bosco M. Integração Produtiva: referencial analítico, experiência europeia e lições para o Mercosul. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTEGRAÇÃO PRODUTIVA. **Caminhos para o MERCOSUL. CEPAL/IPEA/ABDI**. Brasília DF, 8 e 9 de dez. 2008. Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/?q=system/files/>>. Acesso em: 22 fev. 2010.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Integração produtiva: A experiência asiática e algumas referências para o MERCOSUL. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTEGRAÇÃO PRODUTIVA. **Caminhos para o MERCOSUL. CEPAL/IPEA/ABDI**. Brasília DF, 8 e 9 de dez. 2008. Disponível em: <<http://www.rhamam.com.br/seminariomercosul/doc/>>. Acesso em: 22 fev. 2010.

